

ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL

A Universidade Estadual de Campinas (“Unicamp”), situada na Rua da Reitoria, nº121, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo, Campinas, São Paulo, Brasil, representada por seu Reitor José Tadeu Jorge e a Universidad de la República (“UdelaR”), localizada a Av. 18 de Julio 1824, Montevideo, Uruguai, representada por seu Reitor Dr. Roberto Markarian, ambas referidas como “Partes” ou conforme o contexto “Parte”, concordam com os termos deste acordo de cooperação (“Acordo”), conforme segue.

Definições:

“Instituição de Origem” é a Instituição em que o estudante está matriculado para fins de obtenção de título, ou à qual o docente ou membro técnico-administrativo estão funcionalmente vinculados.

“Instituição Anfitriã” é a Instituição que concorda em receber o estudante, docente ou membro técnico-administrativo da Instituição de Origem.

CLÁUSULA 1 – OBJETO

O objetivo do presente Acordo é fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação, com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados na universidade contraparte, e membros técnico-administrativos de cada instituição.

CLÁUSULA 2 – METAS E FORMAS DE COOPERAÇÃO

2.1 Intercâmbio de docentes/pesquisadores

2.1.1. Docentes/pesquisadores visitantes deverão participar de conferências, atividades de ensino e/ou pesquisa, em estadias que não

ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL

La Universidad Estadual de Campinas («Unicamp»), ubicada en Rua da Reitoria, n.º 121, Ciudad Universitaria «Zeferino Vaz», Barão Geraldo, Campinas, San Pablo, Brasil, representada por su rector, José Tadeu Jorge y la Universidad de la República («UdelaR»), con domicilio en la Av. 18 de Julio 1824, Montevideo, Uruguay, representada por su rector, Dr. Roberto Markarian, ambas referidas como «Partes» o, de conformidad con el contexto, «Parte», acuerdan los términos del presente acuerdo de cooperación («Acuerdo»), de la forma a continuación indicada.

Definiciones:

«Institución de origen» es la institución en la cual el estudiante se encuentra matriculado a efectos de la obtención del título, o a la cual funcionalmente se vinculan el docente o miembro técnico-administrativo.

«Institución anfitriona» es la institución que acepta recibir al alumno, al docente o al miembro técnico-administrativo de la institución de origen.

CLÁUSULA 1 – OBJETO

Este Acuerdo tiene por objeto fomentar la cooperación académica mediante proyectos de investigación en común y/o el intercambio de docentes/investigadores, estudiantes de posgrado y graduación, con el mutuo reconocimiento de los cursos impartidos en la universidad contraparte, y miembros técnico-administrativos de cada institución.

CLÁUSULA 2 – METAS Y FORMAS DE COOPERACIÓN

2.1 Intercambio de docentes/investigadores

2.1.1. Los docentes/investigadores deberán participar de ponencias/actividades de enseñanza y/o investigación, en estancias que

deverão exceder o período de um ano acadêmico (dois semestres).

2.1.2. As despesas com seguro saúde e repatriação devem ser cobertas pelo docente/pesquisador em seu país de origem.

2.1.3. Os salários devem ser pagos pela Instituição de Origem.

2.2. Intercâmbio de Estudantes

2.2.1. Os estudantes devem ser pré-selecionados pela Instituição de Origem, com base em sua excelência acadêmica. A Instituição Anfitriã será responsável por sua aceitação definitiva.

2.2.2. Os estudantes aceitos pela Instituição Anfitriã serão considerados alunos de intercâmbio e estarão sujeitos a todas as regras impostas pela Instituição Anfitriã, devendo concordar com tais regras da mesma forma que o estudante regular da instituição.

2.2.3. Os alunos participantes de programa de intercâmbio deverão ser estimulados a adquirir conhecimento prévio da língua do país da Instituição Anfitriã, em nível compatível com as tarefas a serem lá desenvolvidas.

2.2.4. Cada estudante deverá seguir um plano de estudos previamente acordado entre as duas instituições envolvidas.

2.2.5. A estadia do estudante na Instituição Anfitriã não deverá exceder o período de um ano acadêmico, excetuando-se os casos de duplo diploma.

2.2.6. Os programas de duplo diploma na graduação e/ou cotutela de teses e dissertações devem ser objeto de um termo aditivo ao presente instrumento ou um Acordo específico.

2.2.7. O número de estudantes envolvidos no programa de intercâmbio será limitado a 05 por semestre. Todos os esforços serão envidados

no deberán exceder el período de un año académico (dos semestres).

2.1.2. Los gastos de seguro de salud y repatriación deberán ser abonados por el docente/investigador en su país de origen.

2.1.3. Los salarios deben ser pagos por la institución de origen.

2.2. Intercambio de estudiantes

2.2.1. Los estudiantes deberán ser preseleccionados por la institución de origen, con base en su excelencia académica. La institución anfitriona será la responsable de su aceptación definitiva.

2.2.2. Los estudiantes elegidos por la institución anfitriona se considerarán alumnos de intercambio y se someterán a todas las reglas que esta determine, debiendo adecuarse a dichas reglas de la misma forma que el estudiante regular de la institución.

2.2.3. Se deberá estimular a los alumnos participantes del programa de intercambio para que adquieran un conocimiento previo de la lengua del país de la institución anfitriona, a un nivel compatible con las tareas a desarrollarse en la misma.

2.2.4. Cada estudiante deberá seguir un plan de estudios previamente acordado entre ambas instituciones involucradas.

2.2.5. La estadía del estudiante en la institución anfitriona no deberá exceder el período de un año académico, salvo en los casos de doble diploma.

2.2.6. Para los programas de doble diploma en graduación y/o cotutela de tesis y dissertaciones, se deberá celebrar un término aditivo al presente instrumento o un acuerdo específico.

2.2.7. El número de estudiantes que involucre el programa de intercambio se limitará a cinco (5) por semestre. Se realizarán todos los

para alcançar paridade no número de estudantes trocados.

2.2.8. A cobertura de seguro saúde e repatriação deve ficar a cargo do estudante e ser contratada em seu país de origem, antes de sua chegada a Instituição Anfitriã.

2.3. Membros do corpo técnico-administrativo

2.3.1. Com a finalidade de estimular a troca de experiência e conhecimentos específicos em áreas de mútuo interesse, as instituições poderão selecionar membros de seu corpo técnico-administrativo para participar em programas de intercâmbio.

2.3.2. A cobertura de seguro saúde e repatriação deve ser adquirida pelo membro do corpo técnico-administrativo em seu país de origem.

2.3.3. Os salários devem ser pagos pela Instituição de Origem.

2.3.4. As atividades desenvolvidas durante o período de intercâmbio devem ser compatíveis com as atividades do funcionário em sua Instituição de Origem e, ao final do intercâmbio, deverá ser submetido um relatório às duas instituições envolvidas.

CLÁUSULA 3 – RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

3.1. Os docentes/pesquisadores envolvidos nos programas de intercâmbio acadêmico, ora referidos, não pagarão taxas a Instituição Anfitriã. Os demais gastos (com viagem, acomodação e outros) ficarão a cargo do docente/ pesquisador, que poderá buscar apoio financeiro junto às agências externas.

3.2. Os estudantes envolvidos nos programas de intercâmbio acadêmico aqui referidos pagarão taxas acadêmicas, caso existam, apenas em sua Instituição de Origem. Os demais gastos (viagem, acomodação e outros)

esfuerzos para alcanzar una paridad en el número de estudiantes intercambiados.

2.2.8. La cobertura de seguro de salud y repatriación estará a cargo del estudiante y será contratada en su país de origen, antes de su llegada a la institución anfitriona.

2.3. Miembros del cuerpo técnico-administrativo

2.3.1. A los efectos de estimular el cambio de experiencia y conocimientos específicos en áreas de mutuo interés, las instituciones podrán seleccionar miembros de su cuerpo técnico-administrativo para que participen en los programas de intercambio.

2.3.2. La cobertura de seguro salud y repatriación deberá adquirirla el miembro del cuerpo técnico-administrativo en su país de origen.

2.3.3. Los salarios deben ser pagos por la institución de origen.

2.3.4. Las actividades que se desarrollen durante el período de intercambio deberán ser compatibles con las actividades del funcionario en su institución de origen y, al final del intercambio, se deberá entregar un informe a ambas instituciones involucradas.

CLÁUSULA 3 – RESPONSABILIDAD FINANCIERA

3.1. Los docentes/investigadores involucrados en los programas de intercambio académico, a los cuales se refiere este instrumento, no pagarán tasas a la institución anfitriona. Los demás gastos (de viaje, hospedaje y otros) serán de responsabilidad del docente/investigador, quién podrá buscar soporte financiero ante agencias externas.

3.2. Los estudiantes involucrados en los programas de intercambio académico, a los cuales se refiere este instrumento, pagarán tasas académicas, en su caso, solamente en su institución de origen. Los demás gastos (de



condições do presente Convênio, deverá ser entendida como mera liberalidade, jamais produzindo novações, modificações, renúncia ou perda de direito de vir a exigir o cumprimento da respectiva obrigação.

5.2. Este Acordo e todos os documentos e informações fornecidas por uma Parte à outra, em conexão ou sob as negociações deste documento ou quaisquer acordos seguintes devem ser tratados como confidenciais ("Informações Confidenciais"). A Informação Confidencial não deve ser utilizada, exceto para os fins para os quais foi divulgada e as Informações Confidenciais não devem ser divulgadas a qualquer outra pessoa sem o consentimento prévio, por escrito da Parte divulgadora.

5.3. Qualquer modificação nos termos desse Acordo deverá ser estabelecida através de um termo aditivo assinado por ambas as Partes.

CLÁUSULA 6 – VIGÊNCIA E RESCISÃO

6.1. Este Acordo vigorará por prazo indeterminado, a partir da data de assinatura pelos representantes de ambas as Partes.

6.2. O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 6 (seis) meses. O rompimento do contrato não deverá afetar negativamente os intercâmbios em andamento, assumidos antes da data de finalização do contrato.

CLÁUSULA 7 – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir quaisquer dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as Partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as Partes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.

cualesquiera de la cláusulas o condiciones del presente Acuerdo, se deberá entender como mera liberalidad, no produciendo jamás novedades, modificaciones, renuncia o pérdida del derecho a exigir o el cumplimiento con la respectiva obligación.

5.2. El presente Acuerdo y todos los documentos e informaciones que suministre una Parte a la otra, en conexión o bajo las negociaciones de este documento o cualesquier acuerdos ulteriores se deben llevar como confidenciales («Informaciones Confidenciales»). No se debe utilizar la información confidencial, salvo para los fines a los cuales ha sido divulgada y no deben divulgarse las informaciones confidenciales a cualquier otra persona sin la previa concordancia escrita de la Parte divulgadora.

5.3. Cualquier modificación a los términos de este Acuerdo se deberá establecer mediante un instrumento aditivo firmado por ambas Partes.

CLÁUSULA 6 – VIGENCIA Y RESCISIÓN

6.1. El presente Acuerdo tendrá una vigencia indefinida desde la fecha de su firma por los representantes de ambas Partes.

6.2. El presente Acuerdo podrá ser rescindido en cualquier momento, por cualquiera de las Partes, mediante comunicación expresa con una antelación mínima de seis (6) meses. La ruptura del Acuerdo no deberá afectar de forma negativa a los intercambios en curso, asumidos con anterioridad a la fecha de celebración del Acuerdo.

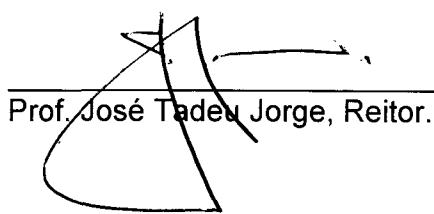
CLÁUSULA 7 – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

A efectos de dirimir cualquier duda que pueda suscitarse en la ejecución y la interpretación del presente Acuerdo, las Partes se esforzarán en la búsqueda de una solución de consenso. No siendo posible lo anterior, las Partes designarán, de común acuerdo, a un tercero, persona física, a efectos de actuar en

E estando assim justo e contratado, assinam as Partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que passa a vigorar na data abaixo referida.

Data: 23 AGO 2016

Em nome da
Universidade Estadual de Campinas


Prof. José Tadeu Jorge, Reitor.

Em nome da
Universidad de la República


Dr. Roberto Markarian, Reitor.

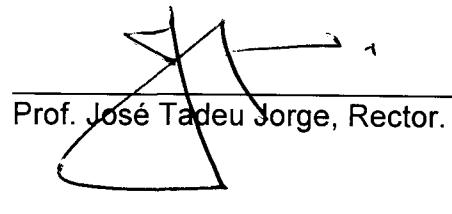


calidad de mediador.

En fe de ello, las Partes firman el presente instrumento en dos (2) ejemplares de igual tenor y forma, pasando a tener efecto en la fecha abajo indicada.

Fecha: **30 JUN. 2016**

En nombre de la
Universidade Estadual de Campinas


Prof. José Tadeu Jorge, Rector.

En nombre de la
Universidad de la República


Dr. Roberto Markarian, Rector.

